

---

**MESA REDONDA**

---

## Historiografia das revoltas setecentistas mineiras – o caso da “Inconfidência Mineira” •

João Pinto Furtado  
UFOP

Benedetto Croce, abrindo suas reflexões sobre a História da Historiografia em 1912-13, escrevia que “*a verdadeira História é sempre contemporânea*” porque suas indagações sempre partem das práticas contemporâneas à leitura e/ou elaboração do próprio conhecimento Histórico<sup>1</sup>. As indagações das quais parte o historiador são, via-de-regra, expressão intelectual de práticas e representações construídas a partir de demandas políticas mais imediatas, guardando, por isso, significado especial. Explícita é, portanto, a proposta teórica de que a própria Historiografia, em seu processo de constituição, pode se constituir em um *problema*, cuja análise pode ser interessante para o entendimento de nossa própria agenda política, bem como da atinente àqueles que nos precederam. Pelo estilo de argumentação aqui adotado pretendo partir de duas obras “ditas” fundadoras do evento que se erigiu em “emblema” do pensamento sedicioso do XVIII mineiro, a Inconfidência Mineira. Partimos, portanto, do exame das obras de Joaquim Norberto e Souza Silva (1860/1873) e Lúcio José dos Santos (1922/1927)<sup>2</sup> e, após exame comparativo de alguns tópicos em que se colocam reflexões sobre questões de historiografia e método, tentamos chegar até o cotejamento destas com minhas próprias hipóteses de trabalho. Estas dizem respeito, fundamentalmente, ao *tema da relação passado/presente na constituição dos discursos historiográficos sobre as revoltas setecentistas mineiras, em especial a Inconfidência Mineira, e seus usos e desdobramentos*. Dessa orientação geral deriva a questão subjacente sobre

---

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Revoltas em Minas no Século XVIII: Considerações sobre a Tipologia dos Movimentos e sua Historiografia”, apresentada no dia 25 de julho de 1996.

<sup>1</sup>Cf. CROCE, Benedetto. *Teoria e Historia de la Historiografia*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1955. p.12.

<sup>2</sup>SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873) e SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. (1ª ed. 1927)

quais seriam, afinal, nossa própria motivação contemporânea e os fundamentos práticos de nosso interesse no estudo dos processos sediciosos do século XVIII mineiro. Nesse sentido é preciso destacar inicialmente o fato de que tanto as “motivações” dos agentes como o próprio enunciar dos termos “revolução”, “motim” ou “sedição” pode ter significados plurívocos que só são efetivamente compreensíveis se examinados *também* no contexto de sua recepção. Assim, tomamos ainda como objeto de reflexão a trajetória de um personagem relativamente menor no processo aludido e procuramos apontar o que ele poderia dizer “de novo” em relação ao fato historiográfico.

Analisar obras produzidas no século XIX ou nos primeiros anos do XX pressupõe alguma reflexão, ainda que “*en passant*”, sobre o problema do estilo. Sendo, ainda hoje e mais ainda à época, a maior parte dos discursos historiográficos dirigidos às camadas letradas e mais eruditas, uma série de elementos de sua morfologia vão espelhar o perfil do destinatário. Além do mais trata-se de uma historiografia sempre moralmente propositada, diferenciando-se, em alguns casos – o que nos remete de novo ao destinatário – apenas quanto à natureza do propósito. A questão que se coloca poderia ser traduzida a partir da seguinte fórmula, a ser decomposta e examinada em cada um de seus termos: *ao analisar o discurso historiográfico é preciso considerar que este está sempre condenado a se construir no difícil, tenso e contraditório equilíbrio entre objetividade e subjetividade, dado empírico e sistema explicativo, por um lado, entre renovação e conservação por outro lado e, ainda, entre símbolo, signo, significante e atribuição de significado por outro*. É desnecessário dizer que tal reflexão extrapola em muito os objetivos desta exposição, mas tomemo-la como norte, ainda que provisoriamente, e vejamos como cruzá-la com os trabalhos e algumas evidências empíricas quanto a nosso objeto específico. Nesse sentido, vejamos alguns elementos que aproximam e diferenciam os autores citados.

Quanto às motivações dos sediciosos, vejamos um primeiro exemplo: Joaquim Norberto de Sousa Silva, na sua “História da Inconfidência Mineira” destaca, em linguagem típica das narrativas do século XIX, a dimensão “monstruosa” do fisco na Minas Coloniais. Após comentar despachos e pareceres oficiais em que se reconhece a justiça de algumas das demandas dos coloniais, sobretudo no que respeita à venalidade dos magistrados e padres, ele descreve o aparato burocrático:

*O fisco, com seu aparato de justiça, e sob o nome de real fazenda, era em suas exigências a mais terrível destas harpias esfaimadas. Verdadeiro monstro horaciano, tinha os cem braços de Briareu, que estendia para as terras auríferas para a arrecadação de todos os impostos, pois pagava-se o que entrava e pagava-se o que saía; tinha os cem olhos de Argos que alongava pelas avenidas vigiando o extravio, atormentado pela idéia dos*

*contrabandos, e pelas denúncias que urdiam a inimizade e a vingança; tinha as garras do dragão das Hespérides com que senhoreava as terras diamantinas; e tinha finalmente o corpo da hidra de Lerna e estendia o seu cordão avaro através das florestas, ao largo dos rios e por cima das serras. A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe pátria”<sup>3</sup>*

Em comum às varias citações acima, é curiosa a recorrência das referências míticas<sup>4</sup> agora associadas aos elementos de riqueza material. Briareu, monstro de cem mãos, aliado de Zeus na luta contra os titãs, converte-se na metáfora dos contratadores reais. Argos, possuidor de muitos olhos, o que possibilitava dormir com alguns enquanto outros ficavam abertos, fora encarregado pela ciumenta Hera de vigiar sua rival Io, tornada vaca por Zeus, seu antigo amante e a ela ofertada. No caso em pauta, sua função é mais fiscal, seus cem (ou quatro) olhos zelavam pelas passagens e caminhos das minas. O dragão do jardim das Hespérides, analogamente, era o guardião das maçãs de ouro, sinal de prosperidade, do jardim daquelas últimas. A hidra de Lerna, finalmente, era a serpente monstruosa morta por Herácles, cujo corpo se estendia por toda a capitania. Embora não se restrinja a este aspecto, o historiador do IHGB aborda com especial carinho as “causas materiais” do levante. O fato de que diversos depoimentos dos autos tocam no argumento fiscal corrobora a análise. Tal é o caso também da discussão em torno da data da suspensão da Derrama, se posterior ou não à descoberta dos planos dos conjurados. Nesse último ponto o que é digno de nota, independente da cronologia, é o fato de que tanto os revoltosos quanto o “aparato burocrático” tinham para si que a derrama implicaria provavelmente em grande convulsão social.

Lúcio José dos Santos, por outro lado, também faz largo uso da mitologia, porém agora numa outra trama narrativa que centraliza as atenções sobre os elementos “ideais e simbólicos” do processo. Um dos mais festejados historiadores da Inconfidência Mineira, supostamente o mais rigoroso, e principal divulgador incontestado, durante décadas, da visão republicana conservadora e católica do movimento, este autor abre sua obra máxima com uma referência às “Vestais”, virgens sacerdotisas que eram encarregadas de manter acesa a chama que simbolizava a “bem-aventurança” do Estado e dos cidadãos de Roma,

---

<sup>3</sup>SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873). p.61.

<sup>4</sup>Quanto à descrição dos monstros mitológicos veja-se: GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. (1ª ed. 1951)

compatibilizando, simbolicamente, o público e o privado<sup>5</sup>. Na citação, temos uma emocionada e reveladora homenagem aos inconfidentes:

*“Generosos paladinos! Em vão vos condenaram os Juizes da Alçada. A justiça não é esta Eumênide infernal, a serviço do despotismo. Ela é uma vestal, traja-se de branco, jurou eterna castidade e paira muito acima das contingências materiais de uma época. Pois bem, esta justiça inviolável vos absolveu. Ela não vos absolveu somente, mas vos engrandeceu e glorificou para todo o sempre! Hoje, quando volvemos os olhos ao passado, é a vossa figura que se ergue diante de nós. Ela cresceu tanto que enche todo esse horizonte longínquo e ensangüentado, onde luziram os primeiros albores da aurora da liberdade. E, quando queremos acariciar a doce figura da Pátria, é vosso nome que pronunciamos, a chamar sobre ele todas as bênçãos e todas as glórias.”* (Grifos meus)<sup>6</sup>

Além de compatibilizar supostos interesses públicos e ações privadas, o texto nos remete também ao problema da intervenção humana no curso da história. Aqueles que ousaram contra o despotismo e por isso “sucumbiram”, foram, afinal, *absolvidos pela história* e o devir há de glorificar ainda mais estes homens “resolutos” e de grande “espírito público”. É também digna de nota a associação da idéia de “intemporalidade” da concepção de justiça associada, ao mesmo tempo e paradoxalmente, à virtude “reveladora” do tempo, da história como triunfo da “verdade”. Ainda nessa linha, vejamos mais um pequeno trecho:

*“Hoje, mais do que nunca, precisamos ancorar, no mais profundo de nosso ser, essa convicção de quanto valem os sacrifícios em prol de um ideal nobre e alevantado, porque a época é de gozo e materialismo. O gozo é um elemento de dissolução e fraqueza; o sofrimento é uma escola de energia e resistência. A lição histórica da Inconfidência é mais uma prova de que não é o gozo material que faz a felicidade dos povos ou o renome dos indivíduos, mas a dedicação e o sacrifício”*<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup>Um pequeno parêntese: “Vesta” é uma das poucas deusas especificamente romanas. Seu culto era tido como um dos mais remotos do Lácio e fora supostamente introduzido por Rômulo. Era protetora do “fogo do lar doméstico” e também associada à defesa do “fogo do estado”, ambos significando, em planos distintos, unidade e bem-aventurança. “Vesta” era representada, no culto, pelas Vestais, virgens que se encarregavam de manter acesa a pira de seu templo situado no Fórum Romano. Se ela se apagava, era presságio de que uma grande calamidade pública se aproximava. A palavra “lar”, tal como usada atualmente nas línguas latinas, diga-se de passagem, tem suas origens neste significado remoto. A propósito e à guisa de sugestão, também é comum encontrar em censos e documentos oficiais brasileiros dos séculos XVIII e XIX o termo “Fogos”, sempre se referindo à unidades domésticas. Sobre Vesta e as Vestais ver: SPEAKE, Graham (ED.) *Dictionary of Ancient History*. London: Penguin, 1995.

<sup>6</sup>SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 15.

<sup>7</sup>SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. p. 21.

Lançados sumariamente alguns elementos sobre as tramas narrativas de um e outro, podemos inferir como assertiva provisória que se o primeiro prioriza elementos materiais como condicionantes da sedição, o segundo se volta prioritariamente aos elementos ideais. Além disso, ao cabo do exame das obras percebe-se que, se o primeiro se utiliza da mitologia enquanto recurso narrativo, o segundo se utiliza dela enquanto recurso interpretativo. Restaria ver alguns dos reflexos de uma e outra visão no que respeita ao trabalho com o *corpus documental* que é fundamentalmente, para os dois, o mesmo: os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Vejamos, à guisa de exemplo, se uma das evidências documentais daquele *corpus* consegue “iluminar” estas duas análises assim como lançar elementos para uma análise contemporânea para a qual, diga-se de passagem, os últimos trabalhos de Laura de Melo e Souza parecem estar apontando. Vejamos o caso do naturalista de Coimbra Dr. José de Sá Bittencourt, acusado de ser o suposto inconfidente citado em vários depoimentos como o “*bacharel pequeno (baixinho) da comarca do Sabará*”.

Uma pequena nota preliminar explicativa sobre os indiciamentos: O Tiradentes parecia ter especial habilidade em criar personagens fictícios ou elencar aliados conhecidos a partir dos quais procurava convencer seus interlocutores e engrossar o movimento. Tal é, seguramente, o caso do “bacharel pequeno do Sabará”, dos “aliados” no Rio de Janeiro e outros que menciona na quinta inquirição<sup>8</sup>. Além deste exemplo, há um outro tipo de indiciados que nos fala muito sobre a justiça da época. Dentre os condenados pela alçada existem dois indivíduos que, embora não tendo a menor informação sobre a sublevação, apressaram-se, ao saber da instalação da Devassa, em oferecer denúncia contra um desafeto. Não tendo conseguido provar o envolvimento deste último, foram eles mesmos condenados<sup>9</sup>. A prática da delação à época, como é de amplo conhecimento, era não só tolerada como estimulada.

Voltemos à epopéia do nosso naturalista. Tendo voltado de Coimbra onde tinha se formado, o pequeno bacharel após estar algum tempo com seus pais na Bahia, foi morar com uma tia, com quem tinha estreitos laços afetivos desde a infância, na Vila de Caeté. Tendo, numa oportunidade, resolvido voltar à Bahia novamente, tomou o caminho do Serro Frio, usual para os que faziam aquela jornada, até que foi informado por um viajante de que soldados procedentes de

---

<sup>8</sup> Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. V. 5. Pp. 43-46.

<sup>9</sup> Cf. SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. (Primeira parte).

Vila Rica estavam na estrada à procura de “*um homem que se ausentara de Minas*”<sup>10</sup>. O “baixinho”, temeroso de que aqueles “*lhe praticassem alguma violência*”<sup>11</sup> embrenhou-se na mata e seguiu seu curso até ter com os pais na Bahia. Tão logo as autoridades das Minas entraram em contato com as da Bahia, o engenho de seus pais foi cercado por mais de 300 homens e o bacharel foi preso. Chegando ao Rio de Janeiro foi metido em um dos segredos da cadeia da relação até que, após interrogado durante apenas 3 dias consecutivos (há casos de meses entre um interrogatório e outro) foi libertado sem formalização de culpa.

Um último detalhe: entre a prisão e o interrogatório ocorreu o milagre de Bonsucesso. Sua tia, após tomar conhecimento de sua prisão, se esvaiu em lágrimas até desfalecer. Num delírio, apareceu-lhe a imagem da Virgem de Bonsucesso postada sobre uma de suas lavras. A pobre senhora cavou, no lugar apontado, durante quinze dias com suas próprias mãos até conseguir alguns quilos de ouro, os quais certamente teriam contribuído para o bom andamento e agilidade dos tramites judiciais.

O que esta pequena história poderia nos revelar? Para Lúcio dos Santos não revelou nada, uma vez que ele sequer cita o Dr. Bittencourt em seu texto. Talvez, conforme sugerido na citação anterior, o fato de não ter sofrido o suficiente não o tenha erigido à estatura moral dos demais. Para Joaquim Norberto de Souza e Silva, a epopéia nos fala sobretudo a respeito da venalidade dos portugueses e serve de pretexto a uma narrativa irônica e agradável. Para nós, a leitura do caso pode revelar, além destes, novos dados.

Sem me estender demais, mencionaria pelo menos dois elementos: em primeiro, aquilo que denominei enigma Kafkiano “*avant-la-lettre*” e, em segundo, o problema do aparato repressivo. O primeiro diz respeito à estrutura do interrogatório: à exemplo dos processos inquisitoriais, em nenhum momento se diz ao preso de que ele está sendo acusado. A primeira bateria de perguntas inicia-se pela argüição sobre por quais motivos ele julga estar preso ou sendo interrogado. A partir daí, vemos uma sucessão de atos arbitrários e perguntas capciosas. O segundo diz respeito ao problema do “*embrenhar-se na mata*”. O que faz com que um bacharel de Coimbra, aparentemente inocente, pela simples proximidade dos soldados, prefira a companhia do gentio e das feras? Culpa, curiosidade científica

---

<sup>10</sup> A narrativa da epopéia é tomada de empréstimo a Souza Silva. O “*homem que se ausentara de Minas*” seria provavelmente o Padre Rolim. Ver: SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Historia da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (1ª ed. 1873). P.89-92. e 167-168.

<sup>11</sup> Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. V. 5. Pp. 555-573.

ou medo? Que práticas aqueles soldados disseminavam pelas minas? Como lidavam com os “colonos”? São perguntas que persistem a partir do caso exposto.

É lugar-comum a afirmação de que, praticamente, a única fonte disponível ao estudo da “Inconfidência” são os “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”<sup>12</sup>. Fico me perguntando se, apesar de exaustivamente explorados pela historiografia até então empreendida, os “Autos” não escondem, ainda, algumas surpresas por não terem sido “inquiridos” a partir de uma problemática nova. Se não deveriam ser objeto de um exame mais atento, que se empenhasse também, e *sobretudo*, no cotejamento com outras fontes<sup>13</sup> e com o contexto mais amplo no qual se gestou o movimento, que é, *no século XVIII, apenas mais um entre os vários movimentos sediciosos das Minas*.

De fato, os “Autos” já foram explorados à exaustão, mas é preciso ir além e, *num primeiro nível de abordagem*, cruzá-los com informações e fontes referentes a outros movimentos. Ainda que se admitisse como verdadeira a premissa de que a única fonte são os “Autos” – e não são – só o exame dos mesmos sugere, já durante o período do cativo (3 anos), “rearranjos” e “acomodações” entre os próprios inconfidentes. Até mesmo um exame superficial dos “Autos” já revela alguns nuances interessantes no que diz respeito a esta sugestão. É preciso considerar, ao analisar um libelo acusatório, seja ele qual for, que se trata de uma fonte onde constam depoimentos colhidos sob situação de constrangimento físico, psicológico e legal. Há que se considerar, portanto, a subjetividade envolvida nos depoimentos, o que não vem sendo feito a contento pela Historiografia. No caso em questão, há ainda a especificidade de que entre a instalação da devassa (07/05/1789 no Rio e 12/06/1789 em Minas), quando começam a ser presos os sediciosos, e a data da sentença (abril de 1792), decorreram quase três anos, o que pode ter sido decisivo nas reorientações dos

---

<sup>12</sup>Em 1989, por ocasião do Bicentenário da Inconfidência Mineira, foi realizado, em Ouro Preto, um evento de grandes proporções destinado à discussão do Tema. O evento reuniu alguns dos maiores especialistas nacionais. Na sessão destinada à discussão da historiografia e fontes para o estudo do tema praticamente não se apontou nenhuma nova fonte que extrapolasse os “Autos”. Os anais foram publicados. Ver: *Análise e conjuntura*. Belo Horizonte, V.4, n°s 2 e 3, maio/dezembro 1989. 392 p.

<sup>13</sup>Só no Arquivo Público Mineiro, por exemplo, encontram-se armazenados, em cerca de quatrocentos “códices coloniais”, documentos de diversas naturezas, ligados, sobretudo, às questões administrativas e de defesa interna da Capitania, os quais tem sido relativamente pouco citados em trabalhos relativos ao tema. Sobre o acervo e suas potencialidades veja-se: BOSCHI, Caio C. Os Códices Coloniais do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, n° 9, 1989, pp. 21-30.

depoimentos. Uma leitura preliminar revela que pode ter se forjado ali, no cárcere, a discutida “liderança” individualmente assumida de Tiradentes<sup>14</sup>.

Mas esta ainda não é a questão central. Talvez a questão central seja tentar investigar porquê, dentre os inúmeros motins, sedições e revoltas das “Minas Coloniais”, apenas a “Inconfidência” ganhou foros de objeto histórico privilegiado<sup>15</sup> e, conseqüentemente, os autos se tornaram a principal fonte para o estudo da “Insubmissão das Minas” em geral<sup>16</sup>. Se ficamos prisioneiros apenas dos “Autos” – não podemos nos esquecer que se trata de um auto de repressão – corremos o risco de nos tornarmos prisioneiros de discursos historiográficos construídos exclusivamente a partir deles, mas segundo objetivos que provavelmente eram alheios aos sediciosos; mais do que isso, podemos nos tornar reféns de um objeto construído em parte nos depoimentos do cativo e em parte nos ideais de toda uma geração de historiadores que devotou seus melhores esforços à “construção de uma identidade regional e também nacional”. É preciso, em relação a este tema, ir além das aparências e retomar a investigação através de outras possibilidades de explicação. Considerar o movimento em seus múltiplos aspectos e também a recepção do discurso historiográfico que se empreendeu sobre ele. Tentar refletir sobre as razões de seu êxito e alcance. Nesse sentido, minha pretensão é agregar, a uma reflexão em desenvolvimento sobre a “Inconfidência” propriamente dita, um novo enfoque mais especificamente atento ao problema historiográfico. Acredito ser pertinente retomar e sugerir vertentes de análise até então inexploradas. Nesse sentido a sugestão é *retomar o tema sob o prisma do exame do “imaginário sedicioso mineiro”*. São por demais conhecidas, do ponto de vista da História da Arte e da Literatura<sup>17</sup>, as análises sobre a utilização da técnica do “jogo de luz e sombra” para aumentar e conduzir a expressividade Barroca. A questão a ser investigada é referente a uma possível

---

<sup>14</sup>Ver: *AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados / Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978. 10 v.

<sup>15</sup>Isabel Marson também verifica problema análogo em relação ao contexto Pernambucano. A agitação social conhecida como o “Ronco da Abelha” de caráter e radicalidade eminentemente populares, e provavelmente de maior monta, não foi elevada ao mesmo estatuto da “praieira” pela historiografia. MARSON, Isabel A. *O Império do Progresso: A revolução Praieira*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.417-419.

<sup>16</sup>Há aqui uma passagem do particular para o geral que, segundo acreditamos, não é fortuita. Trata-se também de uma construção historiográfica que peca por não perceber outras formas de contestação de caráter mais marcadamente popular.

<sup>17</sup>Veja-se, a título de exemplo: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



relação entre esta técnica e a elaboração dos discursos historiográficos em questão<sup>18</sup>. Mesmo se admitirmos, no caso em questão, que o “fato construído” é polissêmico por definição, não devemos ser levados a supor que não seja possível a construção de um conhecimento que seja “rigoroso”, “sistemático” e “verdadeiro” sobre o mesmo. Será necessário, no entanto, definir com clareza o que se entende, nesse caso, por “verdade”.

Esta seria mais uma das facetas de um “fato histórico” que ao longo de sua “existência” possuiu uma identidade, a cada conjuntura, – e em graus e formas diferenciados – nacional, liberal, anti-monárquica, republicana e democrática. Encerro esta exposição, então, retomando a questão teórica esboçada no início: se, por um lado, o discurso historiográfico está condenado a se construir no tenso e contraditório equilíbrio entre objetividade e subjetividade, entre renovação e conservação e entre signo e atribuição de significado; por outro lado, ele tem se revelado hábil no desenvolvimento dos instrumentos da crítica. É só a partir daí que poderemos enfrentar as questões do nosso “estatuto epistemológico” e de nossa própria história.

---

<sup>18</sup>Por exemplo, quanto ao Iluminismo Voltaireano, indiscutivelmente laico quanto a seus propósitos manifestos, é visível a presença da técnica literária barroca aludida. Tal sugestão, por outro lado, não implica na adesão à concepção do “primeiro” Hayden White, o da Meta-História, quanto à associação da produção historiográfica ao ato de criação poética. Ver: WHITE, Hayden. *Meta-História – A Imaginação Histórica do Século XIX*. 1ª ed. 1973. São Paulo: EDUSP, 1992.